

**Jornal do Commercio (PE) – 09/01/2011**

## **SETOR ELÉTRICO**

### **Governo prorroga tributo que já existe há mais de 50 ano**

O governo federal prorrogou por mais 34 anos a Reserva Global de Reversão (RGR), um encargo do setor elétrico pago por todos os brasileiros na conta de luz. A expectativa era que a tarifa tivesse uma queda entre 1,5% e 2% com a retirada dessa taxa já a partir deste mês. Para o leitor ter uma ideia, a RGR arrecadou R\$ 2,9 bilhões em 2009, segundo informações da Eletrobras.

"A prorrogação da RGR foi um desrespeito sem tamanho aos princípios democráticos. A impressão que fica é que ainda há governantes que acham que a sociedade brasileira não dispõe de mecanismos e instituições de fiscalização e cobrança", disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. A organização é um centro de estudos voltado ao desenvolvimento de ações para fomentar a transparência e a sustentabilidade do setor elétrico.

Criada em 1957, a RGR seria usada para indenizar as concessionárias de energia, caso a empresa não consiga retirar na tarifa tudo que investiu no empreendimento. Na época, os recursos da RGR também poderiam ser usados para indenizar uma empresa, quando o governo tomasse a sua concessão. Geralmente, as empresas do setor elétrico exploram o serviço numa concessão (do governo federal ou estadual) e a sua estrutura física pertence ao Estado. Até 31 de dezembro de 2009, a RGR tinha feito aplicações no valor de R\$ 7,7 bilhões.

A RGR é paga as distribuidoras de energia, como a Celpe, que transferem os recursos arrecadados para a Eletrobras, a qual administra um fundo criado para receber os recursos deste encargo. No entanto, a assessoria da Eletrobras informou que não foi responsável pela prorrogação, enquanto a assessoria do Ministério de Minas e Energia não conseguiu explicar porque a iniciativa foi tomada e pediu para a reportagem do JC consultar a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Eletrobras.

Segundo informações da própria Eletrobras, a verba da RGR é usada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica (Luz para

Todos) e no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). Os recursos também são empregados nas obras de expansão do sistema elétrico.

"Somos contrários a extinção da RGR porque o fundo virou um investidor do setor elétrico e funciona como se fosse uma poupança. As empresas querem reduzir os encargos para abrir espaço para colocar mais tarifa a ser paga pelo consumidor e ter mais lucro", comentou o diretor do Instituto Ilumina Nordeste, Antonio Feijó. O Ilumina é uma ONG que atua no setor elétrico.

Na conta de luz dos brasileiros, existem 13 encargos e 23 impostos embutidos, segundo um levantamento feito pelo Acende Brasil. Juntos, eles respondem por metade da tarifa de energia que é cobrada ao consumidor final.